

Especial Desafios 2010: como organizar as obrigações

por Nina Alves
15/01/2010

Gestão de projetos estruturada, treinamento e tecnologia são algumas das demandas aos CFOs na convergência ao IFRS, e-Lalur e Sped deste ano

O ano de 2010 mal começou e já está marcado por muitas mudanças na agenda dos CFOs. O novo padrão contábil, IFRS, deve ser a base de divulgação dos resultados da companhia a partir do balanço anual deste ano. O e-Lalur, sistema digital do Livro de Apuração do Lucro Real, veio para dar mais precisão aos dados enviados ao Fisco. E a entrega do Sistema Público de Escrituração Digital está chegando para empresas de alguns segmentos.

“A qualidade da informação é uma preocupação cada vez mais latente para o CFO, pois a Receita vem delegando às empresas todo um trabalho que ela mesma executava anteriormente. E tudo isso em real time”, **analisou o gerente sênior da PricewaterhouseCoopers, Bruno Porto.**

“Para melhorar a qualidade dos dados prestados ao Fisco, validar as obrigações acessórias é fundamental, assim como conciliar os sistemas da companhia que apuram as informações, como forma de evitar problemas de interface, mesmo que manualmente”, destacou.

A instituição do e-Lalur substitui a entrega do FCont para as empresas que se enquadram no sistema. Com isso, os CFOs devem ficar atentos aos prazos. Mesmo para quem entregou o controle até o dia 8 de dezembro, o livro digital deve ser enviado na metade deste ano.

“A substituição se dá porque o e-Lalur vai ajustar o lucro da corporação com base na lei 11.638 até o tributável, fazendo as vezes do FCont e do livro em papel juntos. Isso não exige, contudo, os contribuintes que já declararam o controle de fazer uma segunda apuração, desta vez ainda mais detalhada, a ser entregue em junho”, alertou.

Sped

“Contudo, muitas das questões abordadas no FCont e, agora, no e-Lalur são facilitadas quando já se tem implementado o Sped, pois parte dos dados necessários coincidem - basta ajustar as interfaces”, complementou.

De acordo com o especialista, as empresas, principalmente as que não convergiram para o Sped, precisam trabalhar na otimização da gestão para não deixar de cumprir com as obrigações e os prazos de envio das informações contábeis e fiscais. “É necessário criar controles mais adequados e finalizar o quanto antes a apuração do Imposto de Renda – de preferência, já em janeiro”, explicou.

“Se a corporação não entrou em compliance com o Sped, terá de desembolsar ainda mais para se ajustar aos prazos apertados das obrigações acessórias”, disse. Em média, para implementação do sistema de escrituração, uma empresa pode gastar de R\$ 200 mil a R\$ 4 milhões, de acordo com o porte e o nível de automação dos negócios, segundo estimativas de Porto.

Para o gerente sênior, investimentos em tecnologia são essenciais para reduzir o impacto de tantas obrigações no longo-prazo. “Essa área requer esforço dobrado, pois pode trazer um importante benefício, que hoje é o principal obstáculo para as convergências necessárias: a eficiência operacional de toda a organização. Além disso, quanto mais automatizada estiver, menor a incidência de falha humana e melhor a qualidade das informações, sem contar a economia de tempo”, declarou.

“Toda a contabilidade deve ser feita com muito mais precisão, agora. O fim é a informação correta, o meio é a precisão de dados e integração de módulos. Para concretizar tudo isso, o CFO deve se voltar mais à otimização da gestão de projetos”, afirmou.

Novo padrão contábil

Porto ressaltou, entretanto, que um dos maiores entraves para uma convergência menos estressante é a lacuna deixada pelo mercado quanto aos próximos passos. “Esperamos que a divulgação do leiaute do e-Lalur tire muitas das dúvidas existentes. Por exemplo, como fica o saldo patrimonial da organização quando há ganho de capital na alienação de investimento? Qual custo utilizar, o contábil ou o fiscal?”, questionou. “Essas incertezas são trazidas com a própria mudança de princípios advinda do IFRS”.

De acordo com a presidente nacional do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), Ana Maria Elorrieta, o IFRS requer envolvimento de toda a companhia. “Esta é uma mudança que transcende a contabilidade, pois gera impactos na realidade dos negócios, visto que o novo padrão trabalha muito com conceitos. É preciso avaliar onde a empresa está e onde pretende chegar, quais são os atuais gaps e como resolvê-los”, ressaltou.

A implementação de processos, porém, varia de acordo com o core business de cada organização. “Há normas que afetam determinados negócios e outro não, como as referentes a instrumentos financeiros e até imobilizados. O que é comum a todos é a necessidade de treinar e dedicar equipes ao IFRS, e de garantir que toda a estrutura organizacional compreenda as alterações, pois elas interferem na gestão”, aconselhou.

Para Ana Maria, mesmo que a Comissão de Valores Mobiliários tenha liberado as companhias abertas da obrigação de convergir ao padrão internacional nos resultados trimestrais, o adiamento dessa ação, além de gerar retrabalho e elevação de custos, pode prejudicar a imagem da corporação no mercado. “Deve-se começar já para não colocar os negócios em risco. Os usuários das informações não se sentirão seguros para apostar em dados que sabem que irão mudar no final do ano. O impacto na contabilidade, neste caso, é menos expressivo que o deixado nos investidores”, defendeu.